

DIREITO À EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGROS NA UNIVERSIDADE

Maria Carolina Rosa Orlando Barbosa
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) São Carlos/ SP – Brasil
mcarolinab@ufscar.br

Cristina Danielle Pinto Lobato
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) São Carlos/ SP – Brasil
cdplobato@gmail.com

Entre as desigualdades raciais e sociais é fundamental considerar o fator do racismo em sua constituição, persistência e reprodução, visto que a desigualdade histórica de direitos e a oportunidade diferenciada entre brancos e negros foi decisiva para a situação que os negros vivem hoje no Brasil. O racismo no Brasil se manifesta de forma escancarada – apesar de ser negado – com comportamentos considerados normais e naturais, uma herança que acompanha a nação brasileira desde a colonização. A população negra representa mais da metade do povo brasileiro, no entanto, ainda são desiguais os indicadores sociais e econômicos relacionados aos grupos étnico-raciais, com desigualdades raciais de maior destaque no mercado de trabalho e na educação (THEODORO, 2008).

Nesse contexto, o combate às desigualdades raciais, no Brasil, tem adotado como principal estratégia as políticas de Ações Afirmativas, em especial, na área da educação no nível do Ensino Superior. A concretização dessas políticas pelo Estado Brasileiro tem encontrado na educação uma estratégia para promover e incentivar o reconhecimento, valorização e afirmação de direitos e identidade da população negra, bem como o combate ao racismo e todo tipo de discriminação.

Essas políticas têm alcançando resultados significativos e expressos pela ampliação do número de estudantes negros nas Universidades Federais, mas, apesar disso, faz-se necessário ainda viabilizar a permanência material e simbólica desses estudantes negros, permitindo que cheguem com sucesso ao término da trajetória acadêmica.

Este resumo expandido objetiva apresentar um estudo de caso desenvolvido na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sobre os desafios relativos ao acesso e permanência de estudantes negros na universidade pública, uma investigação com perspectiva qualitativa.

Desenvolvimento da Pesquisa

A defesa das políticas de Ações Afirmativas se baseia em três argumentos principais: “reparação, justiça distributiva e diversidade. Historicamente, esses três argumentos têm sido os pilares sobre os quais se assenta a justificção de tais políticas, seja no Brasil ou em outros países onde elas são empregadas” (FERES JÚNIOR et al, 2018, p. 28). Com o aumento do número de vagas e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público, verifica-se significativa ampliação da participação da população negra no ensino superior brasileiro (IPEA, 2020).

Esta investigação foi realizada com base em levantamentos bibliográficos, análises documentais e uma parte empírica, tendo como público alvo os estudantes que ingressaram na UFSCar pelo sistema de reservas de vagas, no critério étnico-racial e de renda associados, isto é, ingressantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tinham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, além dos ingressantes na reserva de vagas para deficientes desse mesmo grupo.

O programa de ingresso por reserva de vagas na UFSCar estabelece a reserva de vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio na rede pública de ensino (municipal, estadual, federal) e/ou em escolas indígenas reconhecidas pela rede pública de ensino e uma parcela de 35% deste grupo, para estudantes negros, isto é, pretos ou pardos, conforme categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados levantados contribuíram para a compreensão da trajetória de estudantes e ao desempenho nas diferentes modalidades de ingresso na UFSCar de 2008 a 2022. O percentual de ingresso por meio de reserva de vagas com o critério de escola pública, passou de 22% em 2008, para 44% em 2022, apesar do percentual ter dobrado, nestes 15 anos, ainda é menor que o número de estudantes que ingressaram pelo acesso universal em 2022, 56%.

As principais dificuldades apresentadas pelos estudantes para permanecerem na Universidade são as de subsistência, relacionadas com a questão de recursos financeiros, seguidas pelas dificuldades relacionadas ao preconceito, discriminação, racismo, sentimento de incapacidade e não pertencimento. Essas questões apontam para a necessidade e importância no avanço de programas institucionais que visem não somente a ampliação do acesso, mas que visem à permanência material e simbólica dos estudantes negros.

Ao fazer o levantamento da quantidade de alunos cotistas negros que ingressaram na UFSCar no período de 2013 a 2022, observa-se a quantidade de 4.698, porém não foi possível avaliar a participação desses estudantes cotistas negros no Programa de

Assistência Estudantil na UFSCar. Nas respostas do questionário, 60% dos estudantes indicaram que se mantêm na universidade com recursos próprios, seja pela ajuda de familiares ou trabalho, 33% indicou que se mantêm com Bolsa Assistência Estudantil.

Ao analisar o status do estudante, observa-se uma significativa redução do percentual de estudantes com status da matrícula “Cancelado”. Essa redução nos percentuais quando comparado ao período de 2008 a 2012, sugere uma redução da evasão dos estudantes em todas as modalidades de ingresso, coincidindo com o período em que a UFSCar aprovou a Política de Ações Afirmativas e implementou ações voltadas a política de permanência desses estudantes.

Uma pesquisa realizada em 2018 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, mostrou que pela primeira vez o número de estudantes negros nas universidades federais ultrapassava o de estudantes brancos, com os jovens negros representando 51,2% da população universitária federal.

Mesmo assim, quando perguntamos aos estudantes sobre a evasão, para 39% destes alunos o principal motivo estava relacionado a dificuldade para acompanhar o curso devido à falta de recursos financeiros para se manter na Universidade, outros 39% indicaram dificuldade para acompanhamento do conteúdo ministrado pelos professores. A pandemia do Covid 19 afetou os estudantes por diversos motivos, principalmente, pelas dificuldades financeiras, impactando diretamente na permanência dos estudantes mais pobres no Ensino Superior, sobretudo os negros.

Os desafios dos jovens negros não pararam na aprovação. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda média dos brasileiros entre os anos de 2020 e 2021 é a menor em dez anos, com efeito mais significativo sobre as famílias mais pobres, sobretudo os negros. A tendência, nesse cenário, é que mais jovens desistam do ensino superior.

Considerações Finais

Considerando a permanência simbólica e material como fatores importantes de análise, buscou-se identificar o ponto de apoio ao estudante alvo de atitudes ou falas discriminatórias no ambiente institucional. Como estratégia para superar as dificuldades a maioria dos estudantes indicou, procurar ajuda de familiares, sendo poucos os estudantes que indicaram buscar ajuda de profissionais do serviço de apoio ao estudante da UFSCar. Os alunos ainda relataram que para enfrentar as dificuldades referentes a permanência na Universidade buscam agir de modo a ser o mais invisível possível.

Os cortes de recursos repassados para as Universidades Federais nos últimos anos

têm dificultado o funcionamento de setores importantes, além de reduzir os recursos destinados à assistência estudantil e o atendimento às solicitações dos estudantes de ajuda para a permanência. A falta de recursos básicos como alimentação, transporte e moradia, além das dificuldades enfrentadas na pandemia do Covid 19 (durante o ensino remoto), podem resultar no crescimento da evasão dos estudantes mais pobres, em sua maioria negros.

Aos estudantes negros é preciso um olhar diferenciado, considerando que os espaços ao qual estão inseridos são marcados por discriminação, em que o estudante negro ainda é visto, muitas vezes, ocupando o espaço “que não é seu”. É necessário que a Universidade trabalhe essas questões para receber esses estudantes dentro das suas particularidades e demandas. Somente com uma atitude seriamente comprometida, será possível o desenvolvimento efetivo da política de Ações Afirmativas no ensino superior em busca da superação dos mecanismos e comportamentos de discriminação racial.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 21/09/2021.

FERES JÚNIOR, João [et al.]. Ação afirmativa: conceito, história e debates. Rio de Janeiro:EdUERJ, 2018.

FONAPRACE. Assistência Estudantil: uma questão de investimento. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis Disponível em <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2016/02/Assist%C3%Aancia-Estudantil-Uma-Quest%C3%A3o-de-Investimento.pdf>. 2000

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE. 2019a.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente. Ministério da Educação: junho 2020.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008. pp. 15-44.

UFSCAR. Avaliação dos 10 Anos do Programa de Ações Afirmativas e do Ingresso por Reserva de Vagas (2007-2017). Disponível em: <https://www.soc.ufscar.br/consuni/2021/arquivos/consuni-248a-reuniao-ordinaria/relatorio-10-anos-a-afirmativas.pdf>